

O Mundo em Português Nº3

Dezembro 1999

Malhas do Império

Álvaro de Vasconcelos

Com a independência de Timor e a «entrega» de Macau completa-se um ciclo. Será, agora, necessário assumir o respeito e defesa da democracia e dos direitos do homem como elo necessário ao sucesso da comunidade lusófona.

Portugal encontra-se na situação paradoxal, ao assumir a Presidência da União Europeia, de ter simultaneamente que gerir o fim do desfazer de um império que principiou há mais de quinhentos anos. Com o exercício do direito de autodeterminação de Timor Leste e a integração de Macau na China, Portugal regressa às terras da Ibéria que eram suas quando da conquista de Ceuta, em 1415. A aventura dos descobrimentos marítimos acrescentou duradouramente ao território português o seu prolongamento oceânico, os arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores, inabitados quando do seu achamento nas primeiras décadas do século XV.

Esta «descolonização» de fim de milénio dá-se em condições radicalmente diferentes da que se seguiu à revolução democrática de 1974. Hoje Portugal é um Estado democrático consolidado, membro da União Europeia, e a sua actual capacidade de intervenção internacional não tem precedentes neste século. Foi, também, pela consciência de que o que os faz cidadãos de um «pequeno grande país» na Europa, para utilizar a expressão de Hélio Jaguaribe, é a sua dimensão extra-europeia que os portugueses se mobilizaram por Timor.

No momento da adesão à comunidade europeia, a direita conservadora, saudosista do Império, e a esquerda arcaica ou terceiro-mundista parafrasearam em unísono a profecia salazarista e defenderam que, se optasse pela Europa, Portugal perderia a sua identidade e as suas ligações extra-europeias. Portugal teria, segundo os eurocépticos, que optar entre a Europa e o Atlântico. Ora o que mostram 14 anos de integração é que quanto mais perto está Portugal do centro da Europa, mais a sua política extra-europeia ganha substância e poder de influência. Timor foi deste ponto de vista paradigmático. O facto de Portugal ser membro da União Europeia também pode vir a ser essencial para a preservação da identidade específica de Macau.

Ao contrário de Timor, Macau não assumirá no dia 20 de Dezembro o estatuto de nação independente, mas, pelo contrário, integrar-se-á na China segundo o figurino de região administrativa especial já aplicado a Hong-Kong, no quadro da política chinesa conhecida como de «um país, dois sistemas». A independência nunca pareceu ser desejo da maioria da população e ao contrário de Hong-Kong não existe ainda, em Macau, uma sociedade civil verdadeiramente activa, embora nos últimos anos tenha vindo a ganhar mais consistência. No entanto, os cerca de 500 mil habitantes de Macau estão habituados a um conjunto de garantias jurídicas, ao funcionamento, embora com imperfeições, do Estado de direito, que está longe de estar já assegurado na República Popular da China. Preservar o sistema de liberdades e garantias de Macau é fundamental, também, para o sucesso do projecto «um país, dois sistemas».

Os direitos das minorias, nomeadamente dos 15 mil macaenses, a preservação do legado cultural de Macau, são questões que continuarão na agenda luso-chinesa, tal como os direitos consulares de cerca de 107 mil habitantes de Macau com passaporte português. Macau tem uma identidade própria, ponto de encontro entre a Europa e a China, mas é uma realidade frágil que se não for preservada e cultivada pode desaparecer.

O sucesso da transição em Macau, como aliás em Timor, será julgado no tribunal da opinião pública pelo grau de respeito dos direitos do homem por parte dos seus governantes e pelo respeito do seu estatuto específico por parte dos seus poderosos vizinhos. Como podemos, portugueses e Portugal, contribuir para essa dupla finalidade? Antes do mais, considerando que, fechado o ciclo colonial, não deixamos de ter responsabilidades em relação aos territórios outrora sob a sua administração. A comunidade dos países de língua portuguesa deve assumir a democracia e os direitos do homem como componente indispensável para o sucesso de uma entidade de cooperação entre países e territórios unidos pela língua e a cultura.

Como em relação a Timor, a União Europeia é chamada a ter um papel de relevo em Macau. Uma presença activa da União Europeia em Macau dará ao território não só visibilidade internacional como uma função específica nas relações entre a Europa e a China. Se Portugal for bem sucedido nos objectivos fixados para Timor e Macau, poderá dar um contributo com algum significado à política asiática da Europa, nomeadamente no quadro das suas relações com a ASEAN e a China.

Neste fim do desfazer do império, Portugal pode olhar para os países e regiões de língua portuguesa sem saudades de uma história que Eduardo Mondlane, fundador da Frelimo, considerava «demasiado grandiosa» e inibidora - pois «durante séculos o ... português viveu deslumbrado pelo mapa-mundi e pelo seu século maravilhoso». Hoje Portugal pode olhar para o seu passado com tranquilidade e considerar que ele é importante para construir o seu futuro. Como diz Eduardo Lourenço, «Portugal está agora em situação de se aceitar tal como foi e é, apenas um povo entre os povos, que deu a volta ao mundo para tomar a medida da sua maravilhosa imperfeição».